

Entre a IV República e o Estado Comunal: dilemas da Revolução Bolivariana

Fábio Luis B. Santos¹

Resumo

Com o objetivo de refletir criticamente sobre os dilemas enfrentados pela autodenominada “Revolução Bolivariana”, esse texto discute os limites do processo à luz dos dilemas estruturais evidenciados pela crise econômica em 2014. Essa crise problematiza a eficácia de uma estratégia revolucionária focada na dimensão política da mudança social e que tem na proposta do Estado Comunal sua proposição mais ousada. Sugerimos que, até o momento, o processo bolivariano liquidou os fundamentos políticos associados ao pacto de *Punto Fijo*, mas foi impotente para superar os constrangimentos econômicos, sociais e culturais característicos do “subdesenvolvimento com abundância de divisas”. Em um momento em que as conquistas acumuladas em catorze anos se apequenam face à expectativa de avanços ulteriores, enfrentando problemas econômicos característicos do “subdesenvolvimento com abundância de divisas” e sem a presença de seu líder indisputado, os constrangimentos estruturais pressionam o tempo da conjuntura, ameaçando a consumação da revolução venezuelana.

Palavras-chave: Venezuela; Revolução Bolivariana; Hugo Chávez; Estado Comunal.

Entre la IV Republica y el Estado Comunal: dilemas de la Revolución Bolivariana

Resumen

Con el objetivo de reflexionar críticamente acerca de los dilemas enfrentados por la autodenominada “Revolución Bolivariana”, ese texto discute los límites del proceso considerando los dilemas estructurales evidenciados por la crisis económica de 2014. Esa crisis problematiza la eficacia de una estrategia revolucionaria enfocada en la dimensión política del cambio social y que tiene en la propuesta del Estado Comunal su proposición más ambiciosa. Sugerimos que, hasta el momento, el proceso bolivariano ha liquidado los fundamentos políticos asociados al pacto de *Punto Fijo*, mas ha sido impotente para superar los constreñimientos económicos, sociales y culturales característicos del “subdesarrollo con abundancia de divisas”. En un momento en que las conquistas acumuladas en catorce años se apequenam delate de las expectativas de avanzos ulteriores, enfrentando problemas económicos característicos del “subdesarrollo con abundancia de divisas” y sin la presencia de su líder indisputado, los constreñimientos estructurales presionan el tiempo de la coyuntura, amenazando la consumación de la revolución venezolana.

Palavras clave: Venezuela; Revolución Bolivariana; Hugo Chávez; Estado Comunal.

Between the IV Republic and the Communal State: dilemmas of the Bolivarian Revolution

Summary

The aim of this text is to reflect critically on the dilemmas faced by the self-defined “Bolivarian Revolution”, discussing the limits of this process and taking into consideration the structural dilemmas made clear by the economic crisis of 2014. This crisis problematizes the efficacy of a revolutionary strategy that focused on the political dimension of social change and has in the proposal of a Communal State its bolder proposition. We suggest that, so far, the Bolivarian process wiped the political fundamentals associated with the *Punto Fijo* pact, but was impotent to overcome the economic, social and cultural constrains typical of the “underdevelopment plenty of currencies”. At this moment, when the accumulated achievements of fourteen years become small considering the expectations regarding further achievements, when economic problems typical of the “underdevelopment plenty of currencies” have to be faced, and without the presence of its undisputed leader, the structural constrains press the time of conjuncture, threatening the consummation of the Venezuelan revolution.

Key words: Venezuela; Bolivarian Revolution; Hugo Chávez; Communal State.

Dilemas da Revolução Venezuelana

Mais além da estreita margem de votos com que se elegeu Nicolás Maduro em março de 2013, os principais desafios que o atual governo enfrenta se localizam no terreno econômico, e se expressam em problemas de abastecimento, uma inflação ascendente (60% em 2013) e uma questão cambial, em que se observa uma notável disparidade entre as diferentes bandas cambiais praticadas e o preço do dólar no mercado paralelo.

Os contornos gerais do processo que configurou esta situação são conhecidos. Em um contexto em que prevalece um câmbio fixo sobrevalorizado, o preço do dólar no câmbio paralelo arrancou de 12 bolívares em outubro de 2012, para atingir o pico de 88 bolívares no final de fevereiro de 2014. Este salto esteve vinculado à uma escassez de divisas em dólar oficial em meados de 2013, provavelmente associada ao substantivo incremento nos gastos públicos a partir de 2010, após cinco trimestres de recessão na sequência da queda no preço do barril de petróleo de U\$118 para U\$58 no final de 2008. O principal investimento canalizou-se à construção de casas do programa *Gran Misión Vivienda*, lançado em resposta a uma catástrofe natural que deixou milhares de desabrigados no Estado de Vargas. Mais além da motivação imediata, o programa sinalizou uma nova rodada de ações populares nos marcos de uma se-

quência de disputas eleitorais que se anunciava, e que acabou por consumir as finanças públicas e a saúde de seu líder máximo.

A escassez de divisas provocou uma disparada no preço do dólar paralelo onerando as importações, o que teve repercussões inflacionárias, afetando o poder de compra dos salários. A escassez de alguns produtos que se seguiu gerou compras nervosas com a intenção de estocar, o que por sua vez, agravou a escassez. O descolamento na relação entre o dólar paralelo e o oficial, que saltou de uma relação de duas vezes acima do oficial para mais de dez vezes difundiu atitudes oportunistas, em que comerciantes importando ao câmbio oficial reajustavam seus preços segundo a variação do paralelo, agravando a pressão inflacionária. Neste contexto, o governo lançou uma banda cambial intermediária conhecida como SICAD 2, com o objetivo de esvaziar a demanda pelo dólar no paralelo e romper o ciclo de depreciação e inflação que se instalara. Assim, a partir de fevereiro de 2014 vigoram diferentes faixas cambiais: o dólar a 6,3 bolívares para a importação de bens essenciais; o SICAD 1, que neste momento estava na faixa de 10 bolívares, para itens secundários e viagens internacionais de venezuelanos; o Sicad 2, que segue o sistema de oferta e demanda com intermediação do Banco Central, que estava em torno de 50 bolívares; e por fim, o dólar paralelo, que naquele momento baixou para menos de 70 bolívares (RAMOS, 2014).

Não é meu propósito detalhar os mecanismos da crise presente e possíveis soluções, problema complexo e a respeito do qual há diferentes leituras. Pretendo somente chamar a atenção para aspectos da crise atual que remetem à sua dimensão estrutural¹ e como decorrência, alguns elementos relacionados ao padrão de luta de classes venezuelano que contribuem para aguçá-la.

A raiz estrutural da inflação na Venezuela remete ao descolamento entre o padrão de consumo, mediado por importações que em muitos casos, são subsidiadas pelo Estado, e a base produtiva do país, situação característica do subdesenvolvimento. A peculiaridade venezuelana é contar com o que Furtado descreveu como um “fluxo líquido estável de capital estrangeiro” proveniente das receitas petroleiras (FURTADO, 2008, p.46), sinalizando para a

¹ Cano (2000, p. 510) sugere uma explicação sintética dos mecanismos estruturais nestas linhas: “O auge exportador, ao trazer excesso de divisas ao país, gera um acréscimo correspondente na receita fiscal que vai induzir um proporcional aumento do gasto público, expandindo a demanda efetiva, com acréscimo de importações. Contudo, se o excesso de divisas não puder ser utilizado (ou “esterilizado”), isso poderá desencadear uma valorização cambial que comprimirá a receita fiscal num momento seguinte. Porém, como o gasto fiscal cresceu de patamar, e parte dele é incomprimível, o desequilíbrio fiscal poderá gerar pressões inflacionárias, deteriorando também a taxa cambial, reclamando novas desvalorizações e novas pressões inflacionárias. [...] Assim, para tentar atenuar os extremos cambiais (valorização e desvalorização acentuadas), a inflação, a política de investimentos privados, e, notadamente, para evitar aquele paradoxo fiscal a coordenação macroeconômica de uma economia desse tipo é das mais problemáticas”. Ver também, Weisbrot e Johnston (2012).

possibilidade de driblar um dos entraves característicos da industrialização periférica, dado pela escassez de capitais. No entanto essa “abundância de divisas”, ao engrenar nas estruturas do subdesenvolvimento, gera as distorções socioeconômicas associadas à “doença holandesa” – que, segundo Coronil (2013), deveria chamar-se “doença do Terceiro Mundo”, uma vez que só se manifesta nesta região – e que na Venezuela resultam em relações sociais subsumidas ao rentismo petrolero, alicerçadas em um padrão de consumo baseado em importações e subsídios estatais. Longe de se restringir a uma questão econômica, a superação da dependência petrolera implica em modificar as relações sociais cristalizadas pelo subdesenvolvimento, cuja origem remete à colonização, como observa este autor:

Paradójicamente, el dinero proveniente del petróleo, que era el resultado de las actividades de algunas de las más dinámicas empresas transnacionales, reforzó en Venezuela concepciones y prácticas surgidas a partir del descubrimiento y la colonización de las Américas, que consideraban la riqueza no tanto como resultado del trabajo productivo sino más bien como la recompensa por actividades no directamente relacionadas con la producción, que incluían la conquista, el saqueo o la pura suerte (CORONIL, 2013, p. 470).

Teoricamente semear o petróleo não é um fim em si, uma vez que uma hipotética distribuição equânime da receita petrolera sustentaria uma nação rentista, ou no limite, um socialismo rentista como provocativamente sugerem alguns (ÁLVAREZ, 2012). No entanto, mais além da questão existencial sobre o sentido de uma sociedade que se reproduz como um “parasita da natureza”, a superação da dependência petrolera é uma condição para assumir o controle sobre o próprio destino e neste sentido, uma premissa da revolução venezuelana. Em outras palavras, a renda petrolera é a expressão venezuelana do problema da dependência, que é indissociável do padrão de luta de classes que reproduz o subdesenvolvimento, como analisa Florestan Fernandes (1968, 1975).

Nesta perspectiva, a consigna “semear o petróleo” enuncia o conteúdo econômico, mas elide a dimensão de classe da revolução venezuelana. Esta ambivalência se observa no processo bolivariano, em que a clareza de seu líder máximo em relação ao caráter da burguesia venezuelana, “imagínate que yo hubiera terminado haciendo pacto con la derecha venezolana, com la burguesia capitalista, es más, yo estaría ya liquidado politicamente [...]” (RANGEL, 2014, p. 378), a qual corresponde uma progressiva radicalização política e ideológica do processo, convive com um permanente chamado à colaboração de classes, “no hay otro camino que lograr el más grande consenso social posible” (RANGEL, 2014, p. 361),

e uma recorrente queixa à falta de uma oposição leal, que pratique a política “con código ético”. Esta ambivalência entre a consciência das implicações políticas da radicalização do processo, e a aspiração à conciliação de classes encontra expressão lapidar em entrevista concedida em setembro de 2012, durante sua última campanha presidencial:

Nuestra victoria le conviene a los dueños de Televen, le conviene a los dueños de Venevisión, le conviene a los dueños de las grandes empresas privadas, le conviene a la gran burguesía de la Lagunita Country Club. ¿Por qué? Porque con Chávez aquí, se garantiza la tranquilidad del país, la paz del país y el desarrollo del país. [...]¿Yo soy garantía para ustedes, un seguro de estabilidad; que más quiere que te diga? (RANGEL, 2014, p. 465).

E no entanto, sempre que emerge uma situação crítica, os proprietários venezuelanos mostram que não tem vínculos orgânicos com o espaço econômico nacional e como decorrência, com um projeto de nação. Além das contradições inerentes ao fomento de uma indústria nacional em uma realidade em que os interesses das classes dominantes estão vinculados às importações, a liberalização neoliberal potencializou a especulação financeira, aguçando a volatilidade do espaço econômico nacional. Assim, se estima que entre o auge petrolero e a liberalização econômica dos anos 1990 houve uma fuga de capitais da ordem de 60 a 90 bilhões de dólares, ou seja, entre duas a três vezes a dívida externa do período. Já nos meses do “paro petrolero” em 2003, a fuga de capitais foi estimada em US\$ 7 bilhões.

Na crise atual, observa-se uma convergência entre a especulação financeira, que pressiona o preço do dólar apostando em uma desvalorização do bolívar, e a especulação comercial, que importa mercadorias ao dólar oficial para revendê-las à cotação paralela. No varejo, há múltiplas expressões da atividade especulativa, como o fenômeno dos “raspacupos”, que compravam passagens em voos internacionais para acessarem dólares à cotação oficial, posteriormente revendidos no paralelo, esgotando os assentos virtuais de aviões que, de fato, decolavam vazios (RAMOS, 2014). Ou o contrabando, em pequena e grande escala, de tudo o que se possa imaginar – de gasolina a fraldas, passando por alimentos e remédios, principalmente para a Colômbia. O empenho do governo em preservar o subsídio aos itens de primeira necessidade impulsiona este comércio ilegal, do qual se beneficiam autoridades fronteiriças corruptas. Em suma, os proprietários maiores e menores manejam a crise como uma oportunidade mercantil.

Diante desta realidade, e assumindo como premissa que o processo bolivariano envolve um empenho genuíno em consumir a revolução venezuelana, como explicar a postura conciliatória de Chávez?

É possível interpretar suas declarações como uma tática orientada a minimizar as contradições sociais, em função de uma avaliação desfavorável da correlação de forças para um enfrentamento aberto. Uma racionalidade similar pode ser aventada no plano das relações internacionais, em que Chávez frequentemente criticou a orientação neoliberal do Mercosul, ao qual terminou por aderir, ao mesmo tempo em que defendeu a UNASUL como uma via de integração regional anti-neoliberal, embora o que se impôs foi a perspectiva brasileira de uma organização “guarda-chuva”, de caráter eminentemente político (SANAHUJA, 2012). Em ambos casos, a Venezuela aceitou os limitados benefícios que estas iniciativas lhe oferecem como contrapeso à virulência estadunidense, em um contexto mundial desfavorável a projetos alternativos ao neoliberalismo, quanto mais de inspiração socialista. No entanto, estas limitações permitem que setores críticos ao governo arquitetem estratégias de integração regional protagonizadas pelo Brasil orientadas a enfraquecer o chavismo, ainda que às custas do interesse nacional, envolvendo por exemplo, a criação de uma moeda única².

Em uma conjuntura internacional hostil à mudança, confrontado com uma burguesia cujo horizonte mercantil não está vinculado ao espaço econômico nacional nem à produção de riqueza, herdando um Estado “inefcaz, corrupto, autoritário, indolente e despilfarrador” (MONEDERO, 2013, p. 18), as esperanças de uma revolução nacional só podem ser depositadas no povo venezuelano, a quem Chávez deu testemunho de sincera fidelidade.

E no entanto, também neste campo o ponto de partida não era auspicioso. Conforme observado, Chávez foi eleito em um contexto de esgarçamento dos partidos políticos e debilidade das classes trabalhadoras, em um processo no qual um setor militar desempenhou o papel de partido contra a ordem e resultou eleito, mobilizando uma ampla mas difusa base de apoio popular. Face a um Estado corrupto, uma central sindical opositora e um movimento camponês incipiente, apoiou-se inicialmente no exército para deslanchar as *misiones*. No entanto, o ensejo de radicalizar a mudança ensejou uma estratégia de transição a uma outra Venezuela, que Chávez descreveu como “socialismo bolivariano”, assinalando deste modo que não tem como horizonte o capitalismo nem o paradigma soviético (por isso a noção de “socialismo do século XXI”), mas a nação. A este respeito, gostava de citar Fidel Castro,

² Segundo relato de meu colega Daniel Carvalho Campos, a partir de debate com integrantes do Consejo Venezolano de Relaciones Internacionales (COVRI) na Universidad Central de Venezuela em julho de 2014.

dizendo que seu maior erro foi acreditar que havia quem soubesse o caminho ao socialismo. E por consequência, a centralidade do lema de Simón Rodríguez: “ou inventamos ou erramos”.

O terreno da invenção escolhido por Chávez foi a política, campo em que colheu seus maiores sucessos. E o método, o Estado Comunal.

Houve e há tentativas em curso de fortalecer o poder dos trabalhadores por meio da produção social. No entanto, os entraves estruturais a uma mudança das relações de produção, somados à cultura rentista que permeia as relações sociais, tem se revelado um óbice extraordinário. Assim, a nacionalização e entrega ao controle operário da maior siderúrgica do país em 2008, a SIDOR, no contexto de uma ampla greve reivindicando reajuste salarial, não alterou as relações de trabalho na empresa, nem preveniu conflitos com o Estado nos anos seguintes. De modo similar, observam-se numerosos conflitos trabalhistas nas empresas vinculadas a Corporação Venezuelana da Guyana (CVG), conglomerado público que emprega mais de 20.000 trabalhadores na região (POSADO, 2013). Assim, a despeito da intenção do *Plan Guyana Socialista 2009-2019*, que pretende converter o polo da indústria pesada no país em um “laboratório do novo papel dos trabalhadores no controle e gestão da produção”, o presidente Maduro sugeria em discurso pouco depois de eleito, que o modelo de controle operário na Guyana não fracassou, porque na realidade nunca existiu (MADURO, 2013). Ao mesmo tempo no campo, experimentados militantes do MST em missão de cooperação técnica no país testemunham uma realidade singular, em que há um governo que desapropria terras, mas não há quem as trabalhe. Por outro lado, a importação subsidiada de gêneros agrícolas dificulta a produção rentável, e o Estado termina bancando muitas das Empresas de Produção Social constituídas para não devolver as terras aos latifundiários. Em suma, nas palavras de dirigentes do MST vivendo no país, prevalece a cultura de que é mais fácil colher nos portos do que colher nos campos.

A Constituição do Estado Comunal é projetada a partir da consolidação e articulação de diversas instâncias de poder popular, entre os Conselhos Comunais, as Comunas, as Cidades Comunais e por fim, o Estado Comunal, culminando o ideário da “democracia participativa e protagônica”. Recebendo inicialmente atribuições políticas, diversas comunas se articulam em torno a atividades produtivas, principalmente no campo, sinalizando uma germinal aproximação entre as dimensões produtiva e legislativa da vida social. Havendo projetos de orientação econômica similar, se constitui um “distrito motor” vinculado às “Regiones Estratégicas de Defensa y Desarrollo Integral” (REDI) promulgadas no “Plan de la Patria (2013-2019), programa de governo legado por Chávez e incorporado por Maduro (VENEZUELA, 2013). Em meados de 2014 contabilizavam-se mais de 48 mil Conselhos

Comunais e mais de 2 mil Comunas, das quais 754 registradas como tal, e estava em curso um processo de transferência de competências e recursos a estas instâncias comunais mediado pelo Ministerio do Poder Comunal, órgão que, segundo afirmou seu vice-ministro, Toledo, “tiene que tener una existencia finita”³.

A proposta do Estado Comunal como um instrumento de construção do socialismo floresce em uma realidade em que, mesmo opositores ao regime, reconhecem que “las innovaciones participativas impulsadas por el gobierno a lo largo de doce años han enraizado la convicción de que los problemas de la democracia venezolana se pueden resolver con la participación y los esfuerzos de todos” (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 113). No entanto, este caminho que enfatiza a via política não está infenso a contradições. Como aponta Victor Álvarez, ao longo do processo bolivariano a economia se tornou “más capitalista”, no sentido de que aumentou a participação do setor privado, passando de 64,8% a 70% entre 1999 e 2008-9, fenômeno que explica nas seguintes palavras:

La política económica bolivariana, al concentrarse en la reactivación y no en la transformación del aparato productivo existente, contribuyó a que el sector capitalista de la economía creciera a una velocidad mayor que la economía pública y la economía social (ÁLVAREZ, 2012, p. 199).

Nesta mesma perspectiva, o político e pesquisador venezuelano constata um recrudescimento da exploração dos trabalhadores. Observa que em 1998 o “fator trabalho” absorvia 39,7% do valor criado, superando os 36,2% que cabiam ao capital. Dez anos depois a participação do trabalho caiu a 31,69%, enquanto a dos capitalistas subiu para 49,18%, segundo dados do Banco Central de Venezuela (ÁLVAREZ, 2012). A estes dados soma-se o aumento da dependência em relação ao petróleo, cujas receitas respondem atualmente por quase 95% das exportações, e que ainda tem como principal comprador os Estados Unidos, apesar da crescente participação chinesa.

³ “El reto de la transformación en Venezuela significa que muchas de las instituciones tienen que trabajar para tendencialmente superar la propia existencia (p. e., el Ministerio de las Comunas), o por lo menos cambiar completamente sus funciones y reducirlas a favor de la participación protagónica del pueblo organizado. Eso, por lógica inherente, no lo hace ninguna institución por sí misma” (AZELLINI, 2012, p. 119).

Além destes dilemas que remetem às relações de produção e à dependência econômica, há modestas reformas nos marcos do capitalismo que sinalizariam para um disciplinamento da riqueza e do consumo que o governo não implementou até o momento. Por exemplo, na Venezuela não há imposto sobre ganhos financeiros, enquanto a vizinha Colômbia tem uma alíquota de 25%, e a carga tributária no país está entre 9% e 12% do PIB, enquanto no Brasil alcança 35%. Por fim, o governo ainda não alterou o preço da gasolina, que é a mais barata do mundo, mas cujo subsídio sangra os cofres públicos a cada ano. Este subsídio condensa as contradições inerentes ao padrão de distribuição da renda petroleira que caracterizam o “Estado Mágico”. Em primeiro lugar reproduz a desigualdade, uma vez a subvenção àqueles que usufruem de um barateamento do transporte público é ínfima em relação aos proprietários de carros, peruas e jipes, cujo consumo é ainda maior segundo o tamanho e sofisticação do modelo. Por consequência, esta questão remete a outro dilema da revolução venezuelana, envolvendo a necessidade de modificar um padrão de consumo espelhado nas sociedades do capitalismo central. Pois como indicou Furtado (2008, p. 126), no caso venezuelano “disciplinar o consumo é pelo menos tão importante quanto orientar a produção”.

As imensas dificuldades para concretizar o horizonte civilizatório apontado pela via comunal não devem se traduzir em uma subestimação de sua orientação, nem do seu potencial. Discorrendo sobre as tarefas que o movimento revolucionário dos trabalhadores tem diante de si no presente, Meszáros sublinha a inocuidade de uma política restrita ao âmbito parlamentar, uma vez que esta instituição é dominada pelo poder extraparlamentar do capital. Em sua análise, destaca dois princípios orientadores fundamentais:

El primero es la elaboración de su propio programa extraparlamentario orientado hacia los objetivos integrales de una alternativa hegemónica que garanticen una transformación sistémica fundamental. Y el segundo, igualmente importante en términos estratégicos organizativos, es su activa participación en la constitución del necesario movimiento de masas extraparlamentario, portador de la alternativa revolucionaria capaz de cambiar también el proceso legislativo de modo cualitativo. Ello representaría un paso importante en dirección a la extinción del estado (MESZÁROS, 2011, p. 43).

Chávez foi um leitor atento e um intelectual voraz, que teve a humildade de aprender com os livros e com a vida. A centralidade adquirida pelo lema “ou inventamos ou erramos”, traduz sua consciência de que “la revolución es un eterno revisar”. O líder venezuelano

também foi um dedicado estrategista⁴. Ramonet (2013, p. 21) chama a atenção para a sua habilidade em ser subestimado, que estaria relacionada à origem pobre. Assim, é plausível que o Estado Comunal emergja inspirado nos Comitês de Defesa da Revolução cubanos (CDRs), em uma estratégia que associa democracia direta e territorialização do poder (BRICEÑO MÉNDEZ, 2014), com a intenção de superar entraves à radicalização do processo venezuelano:

Creo que ese es el mejor combate contra el burocratismo, contra la ineficiencia del Estado, contra la corrupción. Darle poder al pueblo, he allí los consejos comunales y sus leyes, son unas instituciones ya; he allí las comunas que se están formando; he allí la contraloría social y la ley que se acaba de aprobar, son ejemplos... Son una configuración estratégica general, mucho más complicada, mucho más trabajosa (RANGEL, 2014, p. 333).

Entendo que a proposição do Estado Comunal faz parte de uma estratégia de consolidação da revolução venezuelana, concebida como um longo processo histórico cujo eixo não é a mudança das relações de produção, mas a construção do que Gramsci conceituou como “hegemonia”. Se esta é uma estratégia eficaz para avançar na direção da nação diante dos constrangimentos históricos que se apresentam, é uma questão em aberto.

Visto por este ângulo, o problema levantado por López Maya (2011) aponta para uma instrumentalização dos Conselhos Comunais pelo PSUV deve ser matizado, uma vez que expressa uma contradição mais profunda, inerente ao papel de um Estado que pretende dissolver o seu poder. Mais grave do ponto de vista do seu êxito é a resistência que este processo desperta no próprio campo bolivariano, pois conflita com interesses associados aos canais institucionais prevalentes. E o bolivarianismo, no presente, é poder. Assim, o poder comunal é encarado como um rival por muitos quadros vinculados às diferentes instâncias do poder estatal, e que não se projetam uma “existência finita”. Na avaliação de muitos, foi este o motivo subjacente à única derrota eleitoral do chavismo, em uma consulta que pretendia, entre outros, referendar o poder comunal e a orientação socialista do processo.

Conclusão

⁴ “En la Academia aprendí lo que Napoleón llama la “flecha del tiempo”. Cuando un estratega planifica una batalla debe pensar de antemano en el “momento histórico”, luego en la “hora estratégica”, después en el “minuto táctico” y por fin en el “segundo de la victoria”. Nunca olvide esse esquema de pensamiento” (RAMONET, 2013, p. 20).

Confrontado com os constrangimentos impostos pelo padrão de luta de classes venezuelano para aprofundar a mudança dentro da ordem, Chávez liderou uma progressiva radicalização do processo bolivariano, balizado pelo desígnio de consumir a nação. O amplo apoio popular, afiançado pela fidelidade de um setor expressivo das forças armadas, garantiu a vitória do governo em embates decisivos em seus primeiros anos, que resultaram em uma desarticulação da oposição e no fortalecimento do chavismo, cujas realizações sociais subsequentes se assentaram no reestabelecimento do caráter público da PDVSA. Os avanços incontestáveis no campo social desde então, apoiados nesta reorientação de sentido nacional da renda petroleira lastrearam a legitimidade do processo, reafirmada em numerosas eleições e consultas populares que sepultaram os fundamentos políticos do *puntofijismo*.

No entanto, a pretensão de aprofundar as conquistas populares se deparou com óbices estruturais, cujas raízes antecedem ao próprio *Pacto de Punto Fijo* e remetem ao modo como a renda petroleira engrenou em uma sociedade forjada nos marcos da colonização do Novo Mundo, engendrando a peculiar situação de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”. Confrontado com uma correlação de forças nacional e internacional desfavorável a projetos de sentido anticapitalista, a autodenominada “revolução bolivariana” elegeu o terreno da política, no qual obteve seus maiores êxitos, como via para uma projetada radicalização do processo. Orientada a superar a disjunção entre produção e legislação, bem como a alienação característica da democracia representativa, estabelecendo um poder popular de base territorial como alternativa ao parlamentarismo, a proposta do Estado Comunal encontra múltiplos obstáculos para avançar, dentre os quais está a resistência de setores chavistas encrustados no Estado. Consciente de que se trata de “una configuración estratégica general, mucho más complicada, mucho más trabajosa”, a estratégia parece ter sido um alongamento do tempo revolucionário, com a intenção de solidificar as condições subjetivas para uma ulterior radicalização. No entanto, este empenho em difundir uma identificação positiva entre revolução nacional e socialismo contradiz os limites objetivos que a reprodução capitalista na Venezuela impõem, resultando em paradoxos como o aumento da fatia do capital na riqueza produzida, uma intensificação da exploração do trabalho, uma maior dependência em relação ao petróleo e a reprodução do mimetismo cultural.

Assim, em uma conjuntura em que afloram problemas econômicos característicos do capitalismo venezuelano, o apoio popular ao processo ameaça corroer-se, em um momento em que seu líder máximo já não está. Nesta circunstância, embora a evolução da crise política no começo de 2014 evidenciasse a debilidade da oposição francamente golpista, reunida sob a consigna “la salida”, o setor que quase venceu Maduro nas urnas aposta em uma deterioração

da situação para levar na próxima. Momentaneamente, a derrota da oposição nos pleitos governamentais posteriores à eleição de Maduro esfriou a mobilização em torno ao referendo revogatório, que poderia abreviar o mandato presidencial. No entanto a continuidade do processo bolivariano, que compensou sua debilidade econômica e organizativa com uma recorrente legitimação nas urnas, é suscetível de reversão por esta mesma via, por meio da qual pretendeu converter a ordem herdada, minimamente reformada pela constituição bolivariana, em sua maior força (SANTOS, 2010). Até o momento, esta estratégia revelou-se eficaz para afirmar um projeto de poder alternativo, mas impotente para consumir a nação. O alcance e os limites do processo se expressam na promessa do candidato opositorista Capriles, de manter as *misiones* funcionando uma vez eleito.

Sem a presença de seu líder indisputado, enfrentando problemas econômicos característicos do “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, em um momento em que as conquistas acumuladas em catorze anos se apequenam face à expectativa de avanços ulteriores, afloram as vulnerabilidades de um processo corajoso e comprometido com a mudança social, mas que até o momento não teve condições de assentá-la em uma revolução das relações de produção. Os constrangimentos da estrutura assaltam o tempo da conjuntura, ameaçando a consumação da revolução venezuelana.

Referências

- ALVAREZ R., Víctor. **La transición al socialismo de la Revolución Bolivariana: gobierno socialista o revolución socialista?** In: VALERO, Jorge (Comp.). Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela. Caracas: El perro y la rana, 2012. p. 189-207.
- AZELLINI, Darío. **Participación y poder popular** – Consejos Comunales y Comunas. In: VALERO, Jorge (Comp.). **Democracias nuevas o restauradas: el caso de Venezuela.** Caracas: El perro y la rana, 2012. p. 117-132.
- BRICEÑO MENDEZ, Manuel. **Estado Comunal: la nueva geometría del poder.** Caracas: Fondo Editorial de la Asamblea Nacional Willian Lara, 2014.
- CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: UNESP, 2000.
- CORONÍL, Fernando. **El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela.** Caracas: Alfa, 2013.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

LÓPEZ MAYA, Margarita. **Democracia participativa en Venezuela (1999-2010): Orígenes, leyes, percepciones y desafíos**. Caracas: Fundación Centro Gumilla/ Universidad Católica Andrés Bello, 2011.

MADURO, Nicolás. **Encuentro del presidente Nicolás Maduro con el Consejo de Movimientos Sociales del Gran Polo Patriótico**. Caracas, 22/5/2013. Disponível em: <http://www.revolucionomuerte.org/index.php/discursos/discursos-de-nicolas-maduro/891-lea-la-intervencion-integra-del-presidente-nicolas-maduro-en-el-encuentro-con-el-consejo-de-movimientos-sociales-del-gran-polo-patriotico>. Acesso em: 10 set. 2014.

MÉSZAROS, Istvan. **Actualidad histórica de la ofensiva socialista: alternativa al parlamentarismo**. Espanha: El Viejo Topo, 2011.

MONEDERO, Juan Carlos. **Venezuela y la reinención de la política: el desafío del socialismo en nuevos escenarios**. Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, n. 33, p. 15-37, 2013.

VENEZUELA. **Plan de la Patria: Segundo Plan de Desarrollo Económico y social de la Nación (2013-2019)**. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.

POSADO, Thomas. **L'État régional du Bolívar au Venezuela. Reflet du désalignement entre le gouvernement chaviste et le mouvement ouvrier**. Mouvements des idées et des luttes, n. 76. Paris, La Découverte, 2013. p. 105-116.

RAMONET, Ignacio. **Hugo Chávez - Mi primera vida: Conversaciones con Hugo Chávez**. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2013.

RAMOS, Felipe. **Entrevista à América Economia Brasil. 16/04/2014**. Disponível em: <http://americaeconomibrasil.com.br/content/oposicao-radicalizada-na-venezuela-perde-forca-porque-protestos-mais-violentos-pioram-econom>. Acesso em: 9 set. 2014.

RANGEL, Jose Vicente. **De Yare a Miraflores, el mismo subversivo: Entrevistas de José Vicente Rangel al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)**. 3a ed. Caracas: Correo del Orinoco, 2014.

SANAHUJA, José Antonio. **Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR**. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el**

Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012. p. 19-72

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Dilemas da Revolução Bolivariana. **Contra a Corrente:** Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea, v. 4, p. 57-64, 2010.

WEISBROT, Mark; JOHNSTON Jake. **Venezuela's economic recovery: is it sustainable?** Center for Economic and Policy Research, 2012. Disponível em: <http://www.cepr.net/index.php/publications/reports/venezuelas-economic-recovery-is-it-sustainable>. Acesso em: 20 jun. 2014.